

Empresa de
Transmissão de
Energia do Mato
Grosso S.A

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro
de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. - ETEM preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 02 de abril de 2019.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo			
<u>Ativo circulante</u>		9.176	8.429
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	4.055	4.423
Títulos e valores mobiliários	6.2	2.097	1.946
Concessionárias e permissionárias	4	1.396	1.320
Tributos compensáveis		935	399
Outros ativos circulantes		693	341
		73.683	76.082
<u>Ativo não circulante</u>			
Concessionárias e permissionárias	4	155	131
Outros ativos não circulantes		-	-
Imobilizado	5.1	71.427	73.851
Intangível	5.2	2.101	2.100
		82.859	84.511
Total do Ativo		82.859	84.511
Passivo			
<u>Passivo circulante</u>		11.162	12.215
Fornecedores		42	46
Empréstimos e financiamentos	6.1	3.557	3.557
Obrigações sociais e trabalhistas		174	144
Tributos e contribuições a recolher		500	619
Dividendos Declarados	7.2	6.034	6.765
Encargos setoriais		546	482
Provisão para Litígios	8	115	71
Outros passivos circulantes		194	531
		22.455	25.499
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	6.1	22.023	25.325
Outras obrigações		432	174
		49.242	46.797
Patrimônio líquido		49.242	46.797
Capital social	9.1	43.000	43.000
Reserva de lucros	9.3	6.242	3.797
		82.859	84.511
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		82.859	84.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		14.067	13.511
(-) Parcela Variável		(13)	-
Tributos			
PIS-PASEP		(224)	(198)
Cofins		(1.033)	(860)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(122)	(118)
Reserva Global de Reversão - RGR		(384)	(354)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(51)	(54)
		<u>12.240</u>	<u>11.927</u>
Receita Líquida / Ingresso Líquido		12.240	11.927
		<u>12.240</u>	<u>11.927</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis			
		12.240	11.927
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores		(1.315)	(1.115)
Material		(153)	(213)
Serviços de Terceiros		(865)	(1.043)
Provisão (reversão) para contingências		(69)	(11)
Arrendamento e Aluguéis		(314)	(392)
Seguros		(15)	(28)
Tributos		(164)	(253)
Depreciação e Amortização		(2.422)	(2.291)
Outras Despesas Operacionais		-	-
		<u>6.923</u>	<u>6.581</u>
Resultado da Atividade		6.923	6.581
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(2.593)	(2.983)
Receitas Financeiras		346	498
		<u>4.676</u>	<u>4.096</u>
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		4.676	4.096
Despesa com Impostos sobre o Lucro		(462)	(359)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		4.214	3.737
		<u>4.214</u>	<u>3.737</u>
Resultado do Exercício		4.214	3.737
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,098000	0,003837
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,098000	0,003837
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,098000	0,003837
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,098000	0,003837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do Exercício	4.214	3.737
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>4.214</u>	<u>3.737</u>
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	4.214	3.737
Acionistas Não Controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	43.000	1.422	-	44.422
Aumento de Capital Social	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	979	(979)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	3.737	3.737
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	338	(338)	-
Dividendos	-	-	(1.362)	(1.362)
Reserva de lucros	-	1.058	(1.058)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	43.000	3.797	-	46.797
Aumento de Capital Social	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	1.264	(1.264)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	4.214	4.214
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	439	(439)	-
Dividendos	-	-	(1.769)	(1.769)
Reserva de lucros	-	742	(742)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	43.000	6.242	-	49.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	4.676	4.096
Itens que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação e amortização	2.422	2.291
Juros e Variações Monetárias	2.449	2.862
Outros	(146)	(263)
	<u>9.401</u>	<u>8.986</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários	(100)	9
Tributos Compensáveis	(510)	339
Outros	(352)	28
	<u>(962)</u>	<u>376</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Contingências	44	11
Encargos Setoriais	39	40
Fornecedores	(4)	(1.126)
Obrigações sociais e trabalhistas	30	52
Tributos e Contribuição Social	(124)	66
Outros	(73)	(27)
	<u>(88)</u>	<u>(984)</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(465)	(220)
	<u>7.886</u>	<u>8.158</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	(31)	606
Imobilizado	-	(161)
Intangível	-	(21)
	<u>(31)</u>	<u>424</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(3.465)	(3.436)
Juros pagos (encargos de dívidas)	(2.258)	(2.510)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(2.500)	-
Integralização de Capital	-	-
	<u>(8.223)</u>	<u>(5.946)</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(368)	2.636
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	4.423	1.787
No fim do exercício	<u>4.055</u>	<u>4.423</u>
Informações adicionais		
Pagamento de Imposto de renda	12	148
Pagamento de Contribuição social	208	201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A (a “Companhia” ou “ETEM”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP	Índice de correção
005/2010	30	2040	R\$ 12.530	IPCA

Em 16 de dezembro de 2011, entraram em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis regulatórias em 30 de abril de 2019.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação: As informações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 14, para melhor entendimento do leitor.

2.1 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado, sendo assim os ajustes dos saldos contábeis foram registrados em lucros acumulados. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pela nova norma, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. A ANEEL ainda não se manifestou quanto a aderência desta norma, desta forma, as Demonstrações Contábeis Regulatórias não contemplam os ajustes realizados nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros. A ANEEL ainda não se manifestou quanto a aderência desta norma, desta forma, as Demonstrações Contábeis Regulatórias não contemplam os ajustes realizados nas Demonstrações Contábeis Societárias.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações contábeis regulatórias decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável – Ativos financeiros

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros. A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

3. Sumário das Práticas Contábeis Regulatórias

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa, usando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2018 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%.

Imposto de renda e contribuição social:

- Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real, nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- Diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Reconhecimento da receita: A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

Receita anual permitida (RAP): A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

Receita de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Dividendos: Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

Taxas regulamentares:

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

4. Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCR IÇÃO	VALORES CORRENTES				TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA				
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.364	26	3	158	1.551	1.451
TOTAL	1.364	26	3	158	1.551	1.451

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Imobilizado e intangível

5.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	78.804	-	-	-	78.804	-	(16.862)	61.942	64.351
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.217	-	-	-	1.217	-	(305)	912	956
Máquinas e Equipamentos	77.587	-	-	-	77.587	-	(16.557)	61.029	63.395
Administração	103	-	-	-	103	-	(102)	1	15
Máquinas e Equipamentos	16	-	-	-	16	-	(15)	1	1
Veículos	87	-	-	-	87	-	(87)	-	14
Subtotal	78.907	-	-	-	78.907	-	(16.964)	61.943	64.366

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	9.479	-	-	-	9.479	-	-	9.479	9.480
Máquinas e Equipamentos	75	-	-	-	75	-	-	75	75
Edificações Obras Cíveis e Benfeitorias	4.381	-	-	-	4.381	-	-	4.381	4.381
Outros	5.024	-	-	-	5.024	-	-	5.024	5.024
Administração	5	-	-	-	5	-	-	5	5
Outros	5	-	-	-	5	-	-	5	5
Subtotal	9.484	-	-	-	9.484	-	-	9.484	9.485

Total do Ativo Imobilizado	88.392	-	-	-	88.391	-	(16.964)	71.427	73.851
-----------------------------------	---------------	---	---	---	---------------	---	-----------------	---------------	---------------

5.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	1.986	-	-	-	1.986	-	-	1.986	1.986
Servidões	1.986	-	-	-	1.986	-	-	1.986	1.986
Administração	9	-	-	-	9	-	(9)	(0)	-
Outros	9	-	-	-	9	-	(9)	(0)	-
Subtotal	1.995	-	-	-	1.995	-	(9)	1.986	1.986
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	115	-	-	-	115	-	-	115	114
Servidões	115	-	-	-	115	-	-	115	114
Subtotal	115	-	-	-	115	-	-	115	114
Total do Ativo Intangível	2.110	-	-	-	2.110	-	(9)	2.101	2.100

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		78.804	(16.863)	61.941	64.351
Custo Histórico	2,88%	78.804	(16.863)	61.941	64.351
Administração		103	(102)	1	15
Custo Histórico	17,48%	103	(102)	1	15
		78.907	(16.965)	61.942	64.366
Em Curso					
Transmissão	-	9.480	-	9.480	9.480
Administração	-	5	-	5	5
		9.485	-	9.485	9.485
		88.392	(16.965)	71.427	73.851

5.4. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Empréstimos e Financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento

Em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Empréstimos e financiamentos	80	3.111	76.889
Reserva para provisão de riscos	80	3.111	76.889
Total	80	3.111	76.889

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O contrato com o BNDES estabelece condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013. Qualquer inadimplemento aos termos do contrato de financiamento que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da dívida. A Administração mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2018 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em 31 de dezembro de 2017:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Data Próximo Págo Juros	Frequência Págo Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
																2019	2020	2021	2022	2023	2023+	Total
F	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	104	3.483	25.325	28.882											3.483	3.483	3.483	3.483	3.483	8.060	25.325
F	BNDES	104	3.483	25.325	28.882	Sim	jan-12	Avul/Finança	T.E.P.	15/01/18	Mensal	15/01/18	15/04/26	Mensal	Piso	3.483	3.483	3.483	3.483	3.483	8.060	25.325
B	Total por Dívida	104	3.483	25.325	28.882											3.483	3.483	3.483	3.483	3.483	8.060	25.325
B	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	104	3.483	25.325	28.882											3.483	3.483	3.483	3.483	3.483	8.060	25.325

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2018:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	6.152	-	6.152
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	6.152	-	6.152
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	4.055	-	4.055
9.1.5	Banco Itaú - BNDES - Serviço da dívida	2.097	-	2.097
9.1.6	Banco Itaú - BNDES - O&M	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2017:

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	6.369	-	6.369
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	6.369	-	6.369
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	4.423	-	4.423
9.1.5	Banco Itaú - BNDES - Serviço da dívida	1.520	-	1.520
9.1.6	Banco Itaú - BNDES - O&M	426	-	426

6.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
11	(+) Dívida Bruta	80	3.477	22.023	25.580	28.882
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	80	3.477	22.023	25.580	28.882
12	(-) Ativos Financeiros	-	(6.152)	-	(6.152)	(6.369)
12.1	Alta Liquidez	-	(4.055)	-	(4.055)	(4.423)
12.2	Demais Aplicações Financeiras	-	(2.097)	-	(2.097)	(1.946)
13	(+) Dívida Líquida I	80	(2.675)	22.023	19.428	22.513
15	(+) Dívida Líquida II	80	(2.675)	22.023	19.428	22.513

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Partes relacionadas

7.1. Remuneração da alta Administração

Em conformidade com o CPC 5 (R1), a Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e do conselho de administração cujos valores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foi de R\$ 216 e R\$ 120, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

7.2. Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$ 6.034.

8. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2017	71	71
Outros	44	44
Saldos em 31/12/2018	115	115
Circulante	115	115
Não Circulante	-	-

9. Patrimônio Líquido

9.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 43.000 composto por 43.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
Alupar Investimentos S/A	27.000.000	62,79	27.000.000	62,79
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.	16.000.000	37,21	16.000.000	37,21
	<u>43.000.000</u>	<u>100,00</u>	<u>43.000.000</u>	<u>100,00</u>

9.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9.3 Reserva de Lucros

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	2.732	2.293
Reserva especial para incentivos fiscais	3.826	2.562
Outras	<u>(316)</u>	<u>(1.058)</u>
	<u>6.242</u>	<u>3.797</u>

10. Receita operacional bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	14.067	13.511
Total	<u>14.067</u>	<u>13.511</u>

11. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	1.315	995
Remuneração	516	547
Encargos	184	193
Material	37	
Previdência privada	-	6
Serviços de terceiros	329	-
Provisão (reversão) para contingências	-	-
Aluguéis	69	
Seguros	2	
Assistência médica e odontológica	-	95
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	78
Outros	178	76
Administradores	-	120
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	-	90
Benefícios dos administradores	-	30
Total	<u>1.315</u>	<u>1.115</u>

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.676	4.096
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	1.590	1.393
Incentivos fiscais - SUDAM	(103)	(974)
Outros	(1.025)	(60)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>462</u>	<u>359</u>
Taxa efetiva	9,88%	8,76%

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.055	-	4.055	4.423	-	4.423
Títulos e valores mobiliários	2.097	-	2.097	1.946	-	1.946
Concessionárias e Permissionárias	1.396	-	1.396	1.320	-	1.320
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	-	-	-	(13.569)	13.569
Contas a Receber Ativo Contratual	-	(13.831)	13.831	-	-	-
Tributos Compensáveis	935	-	935	399	-	399
Despesas Pagas Antecipadamente	-	(8)	8	8	-	8
Estoques	-	(337)	337	55	-	55
Adiantamento a empregados	-	(4)	4	4	-	4
Adiantamento a fornecedores	-	(208)	208	262	-	262
Serviços em Curso	-	(128)	128	5	-	5
Outros Ativos Circulantes	693	685	8	7	-	7
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Concessionárias e Permissionárias	155	-	155	131	-	131
Depósitos Judiciais e Cauções	-	(205)	205	-	(205)	205
Contas a Receber Ativo Contratual	-	(143.219)	143.219	-	-	-
Contas a Receber Ativo Financeiro	-	-	-	-	(103.268)	103.268
Imobilizado	71.427	71.427	-	73.851	73.851	-
Intangível	2.101	2.101	-	2.100	2.100	-
Total do Ativo	82.859	(83.727)	166.586	84.511	(41.091)	125.602

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	14.067	14.067	-	13.599	13.599	-
Receita de Operação e Manutenção	-	(3.044)	3.044	-	(3.213)	3.213
Remuneração do ativo contratual da concessão	-	(15.339)	15.339	-	673	(673)
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	-	-	-	(12.625)	12.625
(-) Parcela Variável	(13)	-	(13)	(88)	-	(88)
Tributos						
PIS	(224)	71	(295)	(198)	-	(198)
Cofins	(1.033)	328	(1.361)	(860)	-	(860)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(49)	-	(49)	(47)	-	(47)
Reserva Global de Reversão - RGR	(384)	112	(496)	(354)	-	(354)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(49)	-	(49)	(47)	-	(47)
Ministério de Minas e Energia - MME	(24)	-	(24)	(24)	-	(24)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(51)	18	(69)	(54)	-	(54)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	12.240	(3.787)	16.027	11.927	(1.566)	13.493
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	12.240	(3.787)	16.027	11.927	(1.566)	13.493
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(1.315)	1.580	(2.895)	(1.115)	-	(1.115)
Material	(153)	(153)	-	(213)	-	(213)
Serviços de Terceiros	(865)	(865)	-	(1.043)	-	(1.043)
Provisão para Contingências	(69)	(69)	-	(11)	-	(11)
Arrendamento e Aluguéis	(314)	(314)	-	(392)	-	(392)
Seguros	(15)	(15)	-	(28)	-	(28)
Tributos	(164)	(164)	-	(253)	-	(253)
Depreciação	(2.422)	(2.422)	-	(2.289)	(2.289)	-
Amortização	-	-	-	(2)	(2)	-
Custo de construção	-	-	-	-	(673)	673
Resultado da Atividade	6.923	(6.209)	13.132	6.581	(4.530)	11.111
Equivalência Patrimonial						
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(2.593)	-	(2.593)	(2.983)	-	(2.983)
Receitas Financeiras	346	-	346	498	-	498
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	4.676	(6.209)	10.885	4.096	(4.530)	8.626
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(462)	1.644	(2.106)	(359)	1.501	(1.860)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	4.214	(4.565)	8.779	3.737	(3.029)	6.766
Operações Descontinuadas						
Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício	4.214	(4.565)	8.779	3.737	(3.029)	6.766
Resultante de Operações Descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício						
Acionistas Controladores	4.214	(4.565)	8.779	3.737	(3.029)	6.766
Lucro Por Ação						
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,098000		0,204163	0,086907		0,157349
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,098000		0,204163	0,086907		0,157349
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade						
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,098000		0,204163	0,086907		0,157349
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	0,098000		0,204163	0,086907		0,157349

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes.

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é de 6,59% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

14.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	96.828	77.722
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (CPC 47)		(41.091)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(83.727)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	36.141	10.166
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>49.242</u>	<u>46.797</u>

14.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	8.779	6.766
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (CPC 47)		(4.530)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(6.209)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.644	1.501
Lucro líquido regulatório	<u>4.214</u>	<u>3.737</u>

15. Instrumentos financeiros

15.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.2. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber ativo financeiro e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, contas a receber ativo financeiro como ativos financeiros pelo custo amortizado (parte recuperada por meio da RAP) e valor justo por meio do resultado (parte recuperada pela indenização no final da concessão), e fornecedores como outros passivos financeiros.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como custo amortizado e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

15.3. Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia classificou como nível I os saldos de equivalentes de caixa e como Nível II o ativo financeiro e os títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras vinculadas ao CDI, que estão em equivalentes de caixa.

15.4. Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi a TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2018	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
TJLP		6,98%	3,49%	5,24%	8,73%	10,47%	
BNDES - Subcrédito A	TJLP	2,44%	2,046	1,283	1,664	2,427	2,808
BNDES - Subcrédito B	TJLP	2,04%	64	39	51	76	88

15.5. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

15.5.1. Risco de crédito

(a). Contas a receber ativo financeiro

Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 888 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que a Companhia as contas a receber são garantidas pelo ONS.

15.5.2. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

15.5.3. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

15.5.4. Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJLP.

15.5.5. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A

CNPJ: 11.589.522/0001-97

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15.6. Risco operacional

15.6.1. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

15.6.2. Risco técnico

A infraestrutura das concessões e dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários as relocalizações das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

16. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. Em 31 dezembro de 2018, a Companhia não possui quaisquer passivo atuarial decorrente dos benefícios oferecidos aos seus empregados. Os valores investidos em benefícios a empregados totalizam o valor de R\$ 210 em 31 de dezembro 2018 e R\$ 177 em 31 de dezembro de 2017.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.